

Como o Brasil saiu do Mapa da Fome e os desafios atuais

Jorge Meza

Representante da FAO no Brasil

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) produz anualmente o relatório global sobre segurança alimentar e nutricional, no qual publica o índice de prevalência da subalimentação. Este dado indica os níveis de fome no mundo, nos países e nas regiões.

O relatório de 2025 estabelece que, no mundo, 8,5% da população está em situação de subalimentação, ou seja, tem fome. E há dados importantes que relacionam a fome aos níveis de renda. Países de renda baixa têm 27,3% de subalimentação. Países de renda média-baixa, 18,7%. Países de renda média-alta, 8,1%. E países de renda alta têm menos de 2,5%, ou seja, estão fora do Mapa da Fome.

Poderíamos inferir que, à medida que a renda aumenta, há menos fome, e, à medida que a renda diminui, há mais fome. Isso é lógico. Mas o Brasil nos mostra outra realidade. O Brasil não é um país de renda alta e, mesmo assim, tem um nível de subalimentação menor que 2,5%. Ou seja, está fora do Mapa da Fome, de acordo com o indicador que utilizamos na FAO. É a segunda vez que o país sai do Mapa da Fome da FAO.

Então, o Brasil está inaugurando um novo paradigma, para o próprio país, para a região da América Latina e o Caribe e para o mundo. Na América Latina e no Caribe, 8,5% da população está em situação de fome, e, na América do Sul, cerca de 8%. Outro país fora do Mapa da Fome é o Uruguai, mas é um país de renda alta. Já o Chile, que estava fora do Mapa da Fome, voltou ao Mapa, mesmo sendo um país de renda alta. Então, é realmente muito importante analisar o caso do Brasil.

A FAO está presente em mais de 190 países, e, no marco da cooperação que oferece, a pergunta é: como avançar no mandato da organização, considerando a experiência prática dos países? Como erradicar a fome?

A partir dessa pergunta, em termos gerais e sem entrar na engenharia específica dos programas e políticas públicas, é possível apontar quatro elementos básicos essenciais para que os países avancem nesse esforço. O primeiro é que a problemática da fome

esteja no mais alto nível da agenda política. Não pode estar apenas nos níveis intermediários ou somente na percepção da população. Tem que estar no nível político mais alto possível. O segundo elemento é a articulação intersetorial. Já está claro que não é possível combater a fome atuando apenas em um setor. Muitos países se propõem a combater a fome aumentando a produção agrícola. Isso é importante, mas não é suficiente. A problemática da fome é mais ampla e exige um esforço articulado entre diferentes áreas de trabalho e setores. O terceiro elemento fundamental é a alocação de recursos econômicos. Tem que haver recursos. Não é possível, apenas com vontade política e articulação, sair do Mapa da Fome. É impossível. O quarto elemento é a conscientização e a participação social. Toda a sociedade precisa compreender que sair do Mapa da Fome beneficia não apenas as populações vulneráveis, mas toda a população do país em seu conjunto. Portanto, todos precisam se comprometer com esse esforço nacional. E se comprometer implica participar no desenho de políticas públicas e programas e implementar ações.

No contexto do Brasil, esses quatro elementos estão presentes. O presidente da República está comprometido com a erradicação da fome e tem estabelecido uma série de ações em diferentes âmbitos, promovidas por seus ministros. Este cenário político revela que o tema está no nível mais alto da agenda política, no âmbito federal e em alguns estados. Sobre o segundo elemento, constata-se que existem programas bem articulados, que atuam não apenas na produção de alimentos, mas no acesso, na alimentação saudável e em outras dimensões. Trata-se de um conjunto de políticas públicas que se complementam e se tornam cada vez mais complexas para enfrentar o problema da fome, que é muito complexo. Também é evidente o esforço do governo de garantir recursos no orçamento para essas políticas. Sabemos que os recursos nunca são suficientes, mas o importante é que exista esse compromisso de alocação para colocar as políticas em funcionamento. Também é evidente a participação social. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) abrem espaço para a sociedade civil atuar, monitorar, discutir e influenciar nas políticas públicas. É um mecanismo importante para um trabalho de longo prazo, abordando diferentes temas.

No Brasil, evidencia-se ainda um passo adicional: a compreensão política de que a fome não é apenas um problema nacional, mas, sim, um problema global. E isso se reflete, por exemplo, no esforço de promover, no âmbito do G20, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Ajudar a combater a fome em outros países também é importante, porque moramos em um mundo interligado.

Uma vez que o Brasil saiu do Mapa da Fome, é preciso pensar e atuar nos desafios que ainda estão presentes e continuam vigentes. O principal desafio é não ter retrocessos, o que implica alcançar uma segurança alimentar e nutricional plena. Isto é, que existam alimentos suficientes, que a disponibilidade seja permanente, que as pessoas continuem tendo acesso a eles e que a população se alimente de maneira saudável. É importante melhorar a nutrição da população.

Um desafio adicional foi assumido pelos países membros da FAO, quando aprovaram o Marco Estratégico da Organização 2022–2031. Trata-se da transformação dos sistemas agroalimentares para serem mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis. Essa transformação é necessária, pois o sistema agroalimentar é imperfeito. Existem alimentos suficientes, mas há pessoas no mundo passando fome. Por outro lado, enquanto o sistema produz alimentos para salvar nossas vidas, está matando o planeta pela contaminação que geramos no processo de produção. Se o sistema agroalimentar não for transformado, todos estarão em risco, tanto aqueles que têm acesso aos alimentos quanto aqueles que conseguem acessá-los com dificuldade.

Esses quatro elementos diferenciadores na erradicação da fome, que o cenário do Brasil apresentou desde a primeira vez que o país saiu do Mapa da Fome e apresenta atualmente, nesta segunda vez, foram levados ao contexto da gestão da FAO.

Quando o Brasil esteve à frente da FAO, sob a direção do Dr. Graziano da Silva, foram adotadas medidas fundamentais que transformaram profundamente a organização. Primeiro, no plano político, partiu-se do entendimento de que a fome não decorre de escassez de alimentos nem de limitações técnicas para sua produção, mas, sim, de falta de decisão política. Essa compreensão motivou os países a aprovarem a mudança do mandato da FAO, de “reduzir a fome” para “erradicar a fome”, dando prioridade à eliminação desse problema global, além de ampliar a produção de alimentos.

Em segundo lugar, no que se refere ao trabalho intersetorial, houve uma mudança profunda na forma de planejar e executar as ações da organização. Antes estruturada em planos setoriais — agricultura, pecuária, florestas, aquicultura e pesca —, a FAO passou a adotar planos baseados em objetivos estratégicos. Essa mudança permitiu articular e integrar vários setores, criando respostas mais eficazes para problemas complexos relacionados à erradicação da fome.

Terceiro, no que diz respeito ao orçamento, foi necessário solicitar um aporte adicional aos países-membros para viabilizar o mandato prioritário da organização: erradicar a fome. Considerou-se inviável manter os mesmos aportes financeiros para enfrentar o grande desafio global de retirar centenas de milhões de pessoas da fome.

Quarto, no que se refere à participação da sociedade civil, o Conselho Mundial de Segurança Alimentar foi reestruturado para incluir um mecanismo que permite a participação direta e a consulta à sociedade civil, ao setor privado e à academia, integrando esses setores ao processo de trabalho e à formulação de recomendações para alcançar a segurança alimentar e nutricional no mundo.

Então, a experiência do Brasil no combate à fome, baseada nos quatro elementos mencionados, transformou a FAO e orientou sua atuação global voltada para a erradicação da fome.